



ATA Nº.10/2013
REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2013

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado, Rosa Maria Basílio Véstia e Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Faltou à reunião o Senhor vereador Hugo Alexandre Godinho Mendanha por motivos pessoais. A falta foi colocada à consideração do restante executivo que aceitou a justificação.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro -----

Foi presente e distribuído o resumo de tesouraria do dia 23 de abril de 2013 que acusa um total de disponibilidades de 978.125,56 Euros.-----

-----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de Interesse para a autarquia-----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião e perguntou ao restante executivo se tinham algum assunto geral de interesse para a autarquia que pretendessem apresentar.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra e apresentou a seguinte Saudação sobre o 25 de Abril “Homens, Mulheres, Jovens, Trabalhadores,



Desempregados, Idosos, Reformados, Pensionistas e Deficientes vivem hoje em dia um poderoso atentado contra os seus direitos individuais e coletivos, justamente adquiridos com a Revolução de Abril.-----

A passos largos caminhamos para um futuro retrógrado e sem esperança, e para uma cada vez maior destruição e extinção das funções sociais do estado. O cada vez maior endividamento do Estado e a tentativa da sua resolução com medidas de austeridade sobre quem menos tem, já demonstrou ser um erro bastante gravoso para a maioria dos portugueses.-----

Sob o pretexto da TROIKA foram desferidos vários ataques cirurgicamente direcionados para a liquidação da participação do Estado na Saúde, Educação e Justiça Social destruindo assim as bases da equidade sobre as quais se ergueu a Constituição da República de 1976.-----

Que o 25 de Abril de 2013 seja um momento de reflexão que nos traga força e coragem para depor e criminalizar os responsáveis pela situação difícil em que nos encontramos.-----

Se “O Povo Unido Jamais será Vencido” unamo-nos então e juntos retomemos e reconquistemos os Valores, os Princípios e os Direitos de Abril e que Abril tão bem soube distribuir e expressar na nossa Constituição.-----

O vereador eleito na Câmara Municipal de Borba pela CDU:-----

Homenageia todos os Homens e Mulheres que com a sua coragem, determinação e empenho, criaram as condições que tornaram possível o 25 de Abril de 1974.-----

Saúda o patriotismo e sentido de dever de todos os militares que servindo o povo libertaram Portugal de 48 anos de ditadura.-----

Homenageia todos aqueles que com a sua perseverança e sentido de justiça têm lutado para perpetuar os Valores e Princípios de Abril.”-----

Depois de apreciarem a “Saudação” o Senhor Presidente colocou-a à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

Não tendo sido apresentado mais nenhum assunto o Senhor Presidente apresentou a ordem do dia:-----



PONTO 2. ORDEM DO DIA

A Ordem do dia foi a seguinte:

Ponto 2. Ordem do Dia

Ponto 2.1 – Aprovação da Ata nº.9/2013

Ponto 2.2 – Aprovação de Relatório 2012 ao Plano de Prevenção de Riscos de Gestão e Corrupção e de Infrações Conexas do Município de Borba

Ponto 2.3 – Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstrações de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexo às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão e Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais

Ponto 2.4 – Adenda – Ação Social Escolar – Ano letivo 2012/2013

Ponto 2.5 – Atividades da Câmara

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ATA Nº. 9/2013

Previamente distribuída por todo o executivo esteve presente a Ata nº.9/2013 que, depois de analisada, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 2.2 – APROVAÇÃO DE RELATÓRIO 2012 AO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO E CORRUPÇÃO E DE INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE BORBA

No âmbito da recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção criado pela Lei 54/2008 de 04 de Setembro, a Câmara Municipal de Borba elaborou e aprovou na sua reunião de Câmara de dia 30 de Dezembro de 2009, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

De acordo com a alínea d) do ponto 1.1 da referida recomendação, a Câmara Municipal elaborou o Relatório 2012 sobre a execução do referido Plano, cuja aprovação foi proposta pelo Senhor Presidente.



Seguidamente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e uma abstenção, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado e Rosa Maria Basílio Véstia. Absteve-se o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva.-----

Ficará cópia do referido Relatório arquivada em pasta anexa como documento nº.1.-----

PONTO 2.3 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: BALANÇO, DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS, MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL, ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DE GESTÃO E INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS--

Tendo em conta o estipulado na alínea e) do número 2, artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Órgão Executivo depois de ter elaborado os documentos de prestação de contas e demais documentos relativos ao período que decorreu de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro do ano transato, procede à sua apresentação para efeitos de aprovação, para que seja submetido à apreciação e votação do Órgão Deliberativo. Será posteriormente remetido ao Tribunal de Contas, conforme estipulado na alínea bb) do número 1, artº.64 do citado Diploma Legal.-----

Assim, verificou-se que os documentos em apreciação acusam nas "Operações Orçamentais" as Receitas de 9.902.898,52€ e as Despesas de 9.458.811,19€. Em "Operações de Tesouraria", registou-se uma ENTRADA DE FUNDOS no montante de 472.876,11€ e uma SAÍDA DE FUNDOS no montante de 463.044,90€ e um SALDO FINAL de 220.961,33€. A Demonstração de Resultados apresenta um Resultado Líquido do Exercício de (-448.064,36€) e o Balanço apresenta no Ativo/Capital Próprio + Passivo o valor de 43.403.737,99€.-----



Antes de colocar os documentos à votação o Senhor Presidente começou por fazer uma breve apresentação dos mesmos. “Referiu que o momento e a época, que vivemos em Portugal e no Mundo tem trazido problemas complicados em termos económicos e financeiros, e é evidente que essa crise se reflete nas nossas receitas. Os ataques ao Poder Local, os cortes dos orçamentos, tudo o que nos têm feito fazem com que os Municípios tenham ainda mais problemas que se acabam por refletir naquilo que podemos dar às populações, que é a melhor qualidade de vida. Tudo temos feito nesse sentido, mas a situação vai sendo cada vez mais complicada de resolver. Os Municípios têm sido altamente penalizados, acusados de despesistas, que são os grandes responsáveis pela dívida pública, e cada vez mais é denegrida a imagem os autarcas e das autarquias, que no fundo são aqueles que estão mais próximos da população e que mais possibilidades têm de as ajudar.----- Temos feito aquilo que é possível fazer, de acordo com as várias estratégias de desenvolvimento que tínhamos definido, e não temos dúvida que há muito mais para fazer, mas temos que ter determinação no sentido de fazer aquilo que são as nossas possibilidades, dentro das limitações que temos, e é preciso acreditar que temos possibilidades de ir em frente.----- No que se refere ao documento apresentado, está de acordo com todas as regras. Em termos de organização contabilística melhorou substancialmente, nomeadamente, em termos de módulos do sistema informático.----- Quando às receitas e despesas, verificamos que em termos de receitas correntes andam na ordem dos 55%, e receitas de capital na ordem do 38%, e as despesas correntes na ordem dos 57% e despesas de capital na ordem dos 42%. O Orçamento para o ano de 2012 em termos de receitas cobrados apresentou uma execução de 76,2% de receitas correntes e 42% de capital, o que dá um total de receitas da ordem dos 58%. Quanto à despesa, e no que se refere à execução, temos na ordem dos 70% de despesa correntes e 44% de despesas de capital, portanto 56% no total, ou seja, acima dos 50%, como já aconteceu no ano anterior.-----



No que se refere à atividade desenvolvida, e não repetindo as linhas estratégicas de desenvolvimento que temos falado ao longo destes anos, referiu o seguinte:-----

Quanto à linha estratégica **“Projetar o Desenvolvimento do Concelho”** nunca é demais referir o processo de modernização que temos procurado investir na melhoria dos serviços: “simplificação do atendimento ao cidadão”. Para isto temos recorrido aos Fundos Comunitários, candidaturas feitas através da CIMAC.-----

No que se refere à “Cooperação”, é de referir o Projeto URB-AL, que chegou ao fim, mas foi extremamente importante não só para os povos da América Latina como para o Município de Borba. Também os Sapadores Florestais têm feito um trabalho excelente e que foi reconhecida, a nível do Alentejo, a qualidade do trabalho que têm prestado.-----

Quanto à “Educação”, há que referir o início da construção da Escola Padre Bento Pereira e do Centro Escolar, cuja conclusão se prevê ainda este ano. Na consolidação da política de ação social, todo o trabalho que temos desenvolvido na área dos transportes escolares, o apoio financeiro a estudantes, a gestão e manutenção das cantinas, as atividades de enriquecimento curricular. Poderíamos fazer mais, mas pensa que aquilo que se fez foi extremamente importante, e não deixa envergonhado o Município de Borba, comparativamente com outros de maior dimensão e com maiores possibilidades.-----

No que se refere à “Qualidade de Vida e ao Desenvolvimento Sustentável”, de referir algumas atividades que têm sido feitas, quer na área do desporto, na área do meio ambiente, na área da qualidade de vida, quer ainda na área da saúde (a Unidade Móvel de Saúde) que tem desempenhado um papel extremamente importante. Também na área de planeamento, referir o trabalho que tem sido feito pelos técnicos da autarquia, que não são de menosprezar.

Quando à “Coesão e justiça Social”, destaca-se o trabalho que tem sido feito no âmbito da Rede Social, em colaboração com outras instituições e com outros Municípios, como foi o caso dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social.-----



No que se refere à quinta e última linha estratégica, destaca-se o trabalho que tem sido feito na área da promoção e valorização da gastronomia, os produtos tradicionais, com a “Festa da Vinha e do Vinho”, o PROVERE da Zona dos Mármore, que não tem maiores taxas de execução, porque não tem havido, por parte dos organismos do poder regional, concursos que tenham permitido que as empresas concretizem os seus objetivos e as suas candidaturas. De referir também a Valorização do Património Histórico e Cultural, a questão da Valorização da Cidade de Borba que foi aprovada e que, neste momento, podem ser lançados os concursos quer da “Iluminação da Fonte das Bicas” quer da “Abertura da Porta do Castelo”.-----

Considera que aquilo que fizeram foi de acordo com as possibilidades que tiveram, gostariam de poder fazer mais mas, tendo em conta o atentado ao Poder Local, considera terem feito o possível.-----

Se fizermos uma análise da Execução Orçamental do PPI e das Grandes Opções do Plano, e embora possa haver alguma discrepância porque o mapa tem em consideração apenas as despesas pagas e não a execução física do PPI. Contudo, este ano temos uma taxa de execução da ordem dos 37,08%, e no que se refere às Grandes Opções do Plano foi o ano em que tivemos um valor mais elevado, ou seja, da ordem dos 45,06%. Isso consegue verificar-se se compararmos os valores desde 2007. O valor mais baixo foi, realmente em 2007, depois o que mais se aproximou do atual foi em 2008.-----

Este ano o resultado líquido negativo é da ordem dos 448.064,36€, verifica-se que em termos de endividamento em termos de médio e longo prazo os valores estão a baixar substancialmente, e o mesmo se passa com o curto prazo.”-----

Usou da palavra o Senhor vereador Humberto Ratado referindo que, na sua opinião, tecnicamente estes documentos estão bem clarificados e apresentados, refletem efetivamente a situação financeira do município, não havendo nada que neles não esteja espelhado. Conforme já foi referenciado em análises anteriores, voltou a reforçar que o concelho tem investimento concretizado que contribuiu para melhorar as condições de vida da população, sendo necessário determinado tempo para o equilíbrio e consolidação



financeira, no entanto, nunca escorando nem esquecendo a necessidade de realização de muitas necessidades que vão ocorrendo, assim como, agarrar as oportunidades que possam surgir e que devemos conseguir para o nosso município e para as nossas populações.-----

No que respeita às contas, elas respeitam o princípio do equilíbrio orçamental, isto é, as despesas correntes são cobertas pelas receitas correntes. Apresentam um prazo médio de pagamento, em declínio, no sentido favorável, e espera-se que com o continuar do tempo venham refletir o que é a realidade de hoje do município em termos efetivos.-----

Pensa que todos têm consciência que muito trabalho há para ser realizado, e também muito foi feito. Considera ainda que, a prestação de contas não é aquilo que desejariam, mas dentro de toda a opressão ao Poder Local, apresentar as contas com esta precisão e inclusivamente manter as nossas responsabilidades nas mais diferentes áreas, pensa ser um trabalho a considerar.”-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra referindo que quanto aos documentos de prestação de contas, do ponto de vista técnico nada tem a apontar. Já vem dizendo isto há alguns anos que têm vindo a sofrer melhorias contínuas na sua apresentação. Nota-se que há muitas horas de trabalho, nestes documentos, por parte dos técnicos responsáveis. As contas são o reflexo daquilo que é a gestão, ou seja, traduzir em números aquilo que são as práticas. Contudo aquilo que nos tem dividido, e que nos tem separado, não é a apresentação técnica dos documentos, é sim a questão das opções que levam a que depois se atinjam estes resultados.-----

Relativamente a esta conta ela reflete aquilo que tem sido a atuação do executivo, ou seja, houve por parte do executivo uma sobrecarga de investimento no segundo mandato, que se viria a refletir depois ao longo de todo o resto desse mandato e também deste terceiro mandato. O que está qui é o reflexo disso, isto é, dos anos em que houve um investimento desmesurado relativamente áquilo que era a capacidade de endividamento do Município e também da sua sustentabilidade. Na altura o Senhor Presidente foi sempre justificando que os Fundos Comunitários ou “eram agora, ou já não eram”.



Contudo o que aconteceu é que os Fundos Comunitários não acabaram, e neste momento há quem esteja a fazer projetos semelhantes àqueles que foram feitos em Borba, com um grau de financiamento muito maior, por isso permitindo aos seus municípios uma maior sustentabilidade nesses endividamentos e nesses financiamentos.-----

Considera que esta é a parte mais lesiva da atuação deste executivo, ou seja, faltar o equilíbrio entre aquilo que era a vontade de fazer e a capacidade de pagar, e isso não se justificou e arrastou o Município de Borba para uma situação de endividamento muito complicada, difícil, e que não se resolveu nos últimos anos, nem se vai resolver nos próximos, dez, doze, quinze anos, porque o que vem aí é ainda mais complicado. O PAEL não vai resolver nada do Município de Borba. Se em alguns Municípios resolve porque as dívidas eram à economia local. Neste Município nem é esse o caso, as dívidas eram à Banca, o PAEL vem resolver os problemas da Banca, e vem trazer mais problemas à Câmara porque a Câmara vai ficar com juros superiores àqueles que estava a pagar à banca pelos factoring's que estavam feitos, mas que tinham que se terminar porque aumentam os prazos de pagamento em muito.-----

A Câmara está numa situação complicada e, não é por acaso que os indicadores têm tendência todos em descer. Diz isto baseado naquilo que são as receitas efetivas do Município, e naquilo que são as despesas próprias do Município. Enquanto a Câmara não receber o PAEL, não consegue equilibrar os seus orçamentos de modo a atingir execuções orçamentais aceitáveis, ou seja, na ordem dos 80% ou 90%. Isto porque a Câmara está cada vez mais enredada naquilo que são os compromissos assumidos e não pagos.

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por maioria, com três votos a favor e um voto contra, a sua aprovação. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado e Rosa Maria Basílio Véstia. Votou contra o Senhor vereador Joaquim José Serra Silva e apresentou a seguinte declaração de voto: "Em Abril, de acordo com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é o mês de as autarquias apresentarem os documentos de prestação de contas relativos



ao ano económico anterior.-----

A análise destes documentos, permite conhecer a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia, designadamente no que diz respeito ao investimento, condições de financiamento, custos e proveitos; permitem avaliar a situação financeira da autarquia bem como conhecer a evolução da dívida.-----

Os resultados apresentados nos documentos que nos foram distribuídos, não constituem qualquer surpresa, pois traduzem o resultado das opções tomadas nos documentos previsionais.-----

As críticas que foram levantadas quer pelo eleito da CDU no órgão executivo, quer pelos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, na discussão dos documentos previsionais, vieram agora confirmar-se pelos números apurados.-----

Desde logo, começámos por dizer que o orçamento apresentado, era irrealista e empolado no que dizia respeito á previsão de receitas, mesmo num cenário otimista, dificilmente seria atingido.-----

Confirma-se agora que estávamos certos, as receitas arrecadadas pelo Município ficaram muito aquém do esperado, com uma taxa de execução de 58,80% relativamente às previsões corrigidas, uma vez que em relação ás previsões iniciais nem vale a pena falar, ou seja dos 16 840 946,06€ previstos foram arrecadados 9 902 898,52€, esta prática já vem de anos anteriores apesar de a partir de 2010 se tentar alterar através de revisões orçamentais em baixa, a execução orçamental não deixa a casa dos 50%.-----

A despesa apresenta também uma taxa de execução de 56,17% relativamente ao orçamento corrigido, ou seja dos 16 840 946,06€ previstos inicialmente executaram-se 9 458 811,19€.-----

Estas taxas de execução mesmo com as revisões em baixa revelam ainda a falta de rigor na elaboração dos documentos previsionais. O empolamento sistemático da receita em anos anteriores para dar cobertura a despesa sem qualquer sustentabilidade, por parte da atual maioria, foi a razão fundamental do desequilíbrio orçamental e a causa do crescimento da dívida de curto prazo, na componente da dívida a fornecedores de curto prazo.-----



Para além dos resultados da execução orçamental apresentados é preciso também dizer que no final do ano de 2012 o total dos compromissos assumidos e não pagos é de 16 708 655,31 dos quais 6 905 375,78€ relativo ao exercício de 2012 e anteriores e 9 806 279,53€ para exercícios futuros, dos quais mais de 4 milhões para 2013.-----

Relativamente a 2011 a receita corrente diminuiu mais de 400 mil euros enquanto a despesa corrente diminuiu apenas 200 mil euros, pelo que o esforço de contenção de despesa não se tem revelado suficientemente eficaz.

O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma taxa de execução de 37,82% ou seja para um montante previsto de 8 127 495€ corresponde uma execução de 3 073 560€, montante muito aquém do montante previsto mesmo depois de corrigido.-----

O Plano das Ações Mais relevantes apresenta uma taxa de execução anual de 65,91% tendo sido aplicados 2 061 304,00€ dos 3 127 593,00€ previstos.-----

Pelas execuções apresentadas concluímos pois que 2012, á semelhança de 2010 e 2011, voltou a ser um ano adiado.-----

Muitas das promessas eleitorais voltaram a não sair do papel, tais como:

Construção dos novos Estaleiros;-----

A Construção da Zona Industrial do Alto dos Bacelos;-----

A área de deposição comum de Borba continua abandonada e sem atividade, e a empresa EDC em dificuldades para se manter;-----

Programa Estratégico de Regeneração Urbana de Borba, é um folhetim de aprovações e reformulações, obra é que nada;-----

O Centro de Teatro Tradicional do Alentejo – não passou de contactos;-----

O museu das Profissões aguarda melhores dias;-----

O Parque Desportivo Urbano de Borba não saiu do papel;-----

O Arranjo Urbanístico e Paisagístico em Rio de Moinhos - Aguarda melhor oportunidade;-----

A Recuperação do Pano da Muralha e Abertura da Porta do Castelo;-----

A dinamização do Mercado Municipal ficou por fazer bem como a disponibilização dos novos espaços comerciais concluídos;-----

O Pavilhão de Eventos continua sem qualquer dinâmica e rentabilidade;-----



O Pólo Industrial da Orada está parado, com uma indústria instalada sem rede de esgotos ligada e sem pavimentação:-----

O Centro de Acolhimento às Micro empresas aguarda melhores dias;-----

O Pólo Industrial de Rio de Moinhos não teve qualquer evolução desde 2009;---

O Apoio através de Protocolos de Colaboração a Entidades sem fins lucrativos foi bastante reduzido;-----

E muitas outras necessidades do concelho foram adiadas;-----

Os documentos de prestação de contas são a confirmação de tudo o que vínhamos dizendo há vários anos, a falta de sustentabilidade dos investimentos feitos, a corrida desenfreada a obras candidatas sem garantir o respetivo financiamento nem a contrapartida municipal, o aceitar de todo o tipo de acordos e protocolos com o poder central sem as respetivas contrapartidas financeiras arrastaram o município para uma situação financeira muito grave;-----

Esta situação financeira, pelos encargos assumidos, não permite hoje desenvolver nem concretizar novos projetos e alguns deles de grande necessidade para o concelho, por outro lado não tem permitido colocar em funcionamento nem dinamizar os equipamentos existentes;-----

Pela mesma razão deixaram de ser realizados alguns eventos e foram reduzidos os apoios ao movimento associativo bem como os apoios às freguesias.-----

Mas mesmo reduzindo a atividade, reduzindo os apoios, aumentando as taxas e aplicando novos impostos a atual maioria não tem encontrado soluções para os problemas criados uma vez que a situação de endividamento teima em manter-se e como iremos demonstrar na análise dos números a redução da dívida, apesar do Sr. Presidente dizer que muito tem feito para isso, continua a ser pouco expressiva face ao montante elevado que apresenta.-----

No final do ano de 2012 a Dívida a terceiros era de 7 141 295,02€, mais três mil euros que em 2011 a dívida a fornecedores conta corrente aumentou mais de 400 mil euros, a dívida de fornecedores de imobilizado com factoring cresceu mais de 320 mil euros.-----

Os empréstimos de médio e longo prazo diminuíram cerca de 730 mil euros no



entanto em amortizações e juros o município pagou, durante o ano de 2012, um milhão cento e noventa mil euros, dos quais mais de 200 mil euros em juros de mora.-----

Relativamente ao endividamento líquido municipal de acordo com a Lei das Finanças Locais o mesmo encontra-se ultrapassado em mais de 1 370000,00€.- No que diz respeito aos indicadores de gestão concluímos que quase todos se agravaram pelo que a situação no final de 2012 é pior que no final de 2011 senão vejamos:-----

Ativo Fixo líquido – Diminui cerca de 300 mil euros;-----

Fundos Próprios – Diminuíram cerca de 580 mil euros;-----

Total do Passivo – Aumentou cerca de 400 mil euros, situando-se nos 27 milhões e 700 mil euros;-----

Resultado Líquido do Exercício – (- 448 064,00€);-----

Rácio de solvabilidade – Diminuiu 3% passando para 57%;-----

Autonomia Financeira – Diminuiu 1%;-----

Liquidez Geral – 28%;-----

Grau de cobertura do imobilizado – 38%, diminuiu 1%;-----

Rentabilidade de fundos próprios – (-2,86%);-----

Rentabilidade do ativo – (-0,28%);-----

Rentabilidade Económica – (-0,22%);-----

Prazo Médio de Pagamentos apesar de diminuir é ainda bastante elevado 416 dias quando se pretende atingir os 90 dias.-----

Com resultados como os que estão apresentados voto contra os documentos apresentados e recomendo á maioria do executivo que preste atenção às recomendações apresentadas ao longo do relatório."-----

Ficará cópia dos referidos documentos arquivados em pasta anexa como documento nº.2.-----



PONTO 2.4 – ADENDA – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO 2012/2013

Presente informação técnica (que se arquiva em pasta anexa como documento n.º.3) informando o seguinte: “Deu entrada no Expediente desta autarquia um requerimento de enquadramento de um aluno no Escalão B de Ação Social Escolar, acompanhado da Declaração de Segurança Social atualizada.-----

Este requerimento deu entrada neste momento, uma vez que foi solicitada uma reavaliação do escalão de rendimentos para efeitos de atribuição de abono de família, junto da Segurança Social.-----

Ao abrigo do disposto no n.º. 4 do Art.º. 8.º. do Despacho n.º. 11886-A/2012, “a reavaliação do escalão de rendimentos para efeitos de atribuição do abono de família, pode dar lugar a reposicionamento em escalão de apoio previsto no presente despacho”. Assim, por proposta do Senhor Presidente deverá ser atribuído o escalão abaixo referido, considerando os seguintes valores:-----

1.º CICLO DE ESCOLARIDADE

SUBSÍDIO DE ALIMENTAÇÃO - 1.º CICLO

	Alunos com Escalão A	Alunos com Escalão B	Valor
Borba	0	1	25,55 €
Total	0	1	25,55 €

No **escalão B** será contemplado 1 aluno, pelo período de 35 dias de atividade letiva, num total máximo de **25,55€**.-----

Face ao exposto, os valores totais a considerar no âmbito da Ação Social Escolar para o Ano Letivo 2012/2013 passam a ser os seguintes:-----



	Aprovado em Reunião de Câmara até 13/03/2013	A aprovar em Reunião de Câmara de 24/04/2013
Subsídio para material escolar - 1º. Ciclo	5.280,00 €	0,00 €
Subsídio de Alimentação - 1º. Ciclo	22.805,93 €	0,00 €
Subsídio de Alimentação - Pré-Escolar	9.279,76 €	25,55 €
Total	37.365,69 €	25,55 €

Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.5 – ATIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente informou que, para além das atividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- Numa reunião em Lisboa com o senhor Secretário de Estado da Energia, e com os Presidentes das Câmaras de Alandroal e Estremoz. Acrescentou que esta reunião veio na sequência da Moção aprovada na última reunião de Câmara;-----
- Na inauguração do Centro do Europe Direct do Alentejo Central e Litoral que funciona na ADRAL;-----
- No Conselho Geral do CEVALOR; -----
- No Conselho Geral da ESTER;-----
- No Conselho Executivo da CIMAC;-----

Dada a ausência do senhor Vereador Hugo Mendanha, e no âmbito dos seus pelouros, o senhor Presidente fez referência às seguintes atividades:-----

- Continuação das reparações nos caminhos rurais;-----
- Algumas reparações nos estaleiros da Câmara Municipal;-----
- Reparções no telhado de um imóvel da Câmara (frente à lateral do Posto da Guarda);-----



O vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- Representação nas cerimónias da Batalha de La Liz organizada pelo Núcleo de Combatentes de Estremoz; -----
- Participação no painel do Conselho Geral em sequência da inspeção realizada ao agrupamento de escolas; -----
- Organização e realização em parceria com o Município de Reguengos e com a AMPV do Fórum regional dos vinhos do Alentejo;-----
- Elaboração do programa para as comemorações do 25 de Abril em articulação com as Juntas de Freguesia e com as coletividades do Município; -----
- Apoio a algumas iniciativas no âmbito do projeto “Um Dia Pela Vida”; -----

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas treze horas da qual se lavrou a presente ata, composta por dezasseis páginas, que por ele vai ser assinada, e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, que a redigi.-----